

ACTA N.º 02

Aos vinte e oito dias do mês de **Novembro** do ano de **dois mil e nove**, pelas 09h.40m, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, de cuja convocatória, datada do dia dezasseis do mesmo mês, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de “Antes da Ordem do Dia”.

II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:

1. Taxa Municipal de Direitos de Passagem;
2. Lançamento de Derrama para Financiamento de Investimentos;
3. Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;
4. Estacionamento de Veículos Pesados no Lugar da Formigosa (antiga E.N.13), da Freguesia de Arão;
5. Eleição do Representante dos Presidentes de Junta e do seu Substituto;
6. Eleição de um Membro da AMV, de entre os Eleitos Directamente, para Integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho;
7. Eleição dos Representantes e seus Substitutos da AMV na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho;
8. Eleição do Presidente da CAAS – Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário;
9. Eleição de um Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal;
10. Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
11. Eleição de um Membro da AMV para a Comissão que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho;
12. Designação de Quatro Pessoas para a Comissão Alargada da C.P.C.J. De Valença; e,
13. Designação de Cinco Cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança.

III – Período de Intervenção do Público.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, constatada a existência do necessário quórum, deu início aos trabalhos com a saudação protocolar.

De seguida, informou que a sessão iria ter dois períodos - o primeiro, excepcionalmente designado de “antes da ordem do dia”, porque nas sessões extraordinárias este não têm lugar, mas na reunião da Comissão Permanente foi aceite a sua inclusão e, o segundo, de “ordem do dia”.

Deu nota dos tempos de intervenção destinados, neste período, ao Sr. Presidente da Câmara e a cada Grupo com assento na Assembleia Municipal: Presidente da Câmara - quinze minutos; Membros da Assembleia - um total de vinte e quatro minutos, com a seguinte distribuição: PS - sete minutos; PSD - cinco minutos; Unidos pelas Freguesias – cinco minutos; CDS/PP – quatro minutos e, CDU – três minutos.

Esclareceu que, no final, o Sr. Presidente da Câmara teria o direito de resposta de dez minutos e, se eventualmente, no início do período, não tivesse utilizado a totalidade do tempo, poderia, agora, juntar o restante.

Pronunciou-se relativamente à distribuição dos lugares esclarecendo que todos os grupos municipais têm assento na primeira fila, esperando que fosse do agrado de todos, caso contrário se manifestassem.

Na ausência de contestação, deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, que procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido.

Informou que durante a sessão se iria proceder à entrega dos cartões dos Membros da Assembleia, convites remetidos pela Cruz Vermelha, ficha de inscrição para a festa de Natal da Câmara e, pedido de autorização para divulgação dos contactos pessoais dos membros da Assembleia.

Adentro das disposições regimentais o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, pôs à discussão a **Acta nº 01**.

Usou da palavra o **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para:

1. Dizer que, a seu modo de ver, a acta peca, logo de início, por uma omissão - não mencionar o facto do membro da lista mais votada ter suspenso a reunião;
2. Sublinhar que, a seu modo de ver, uma acta não deve conter tabelas;
3. Corrigir que o Presidente da Assembleia não lhe deu a palavra, mas sim questionou se ele queria intervir, ao que anuiu;
4. Chamar a atenção para a sua intervenção que não deveria constar em discurso directo – somente referir que desejou as maiores venturas à Mesa; e,
5. Concluir que a sua posição, que é a legal, é que uma acta é uma súmula e que deve traduzir o que de mais relevante se passou. Assim, não se deve transcrever tudo não se tratando de um diário da Assembleia, pelo que espera que o Sr. Presidente da Assembleia tenha isto em atenção.

O **Presidente da Assembleia, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** para dizer que regista o proferido, convidando, no entanto, o Deputado Dr. António Lopes Nogueira a ver a acta nº 18 de Outubro de 2005, que funcionou nos mesmos moldes.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** usou da palavra para contrapor, convidando o Presidente da Mesa a ver a acta de Abril de há dois anos para confrontar se tinha ou não tabelas, acrescentando que pelas suas actas se responsabilizava ele.

O **Presidente da Mesa** esclareceu que a votação se iria processar por filas e submetida à apreciação, a Acta nº 1, num universo de 37 votantes registou: 0 votos contra; 1 abstenção (Dr. José António Nogueira) e, 36 votos a favor: **Aprovada por Maioria a Acta nº 1.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes** deu o uso da palavra ao **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Agradecer a presença de todos na Assembleia Municipal, assim como a permissão para intervir;
2. Justificar que a razão desta sessão tem a ver com o facto de existirem um conjunto de taxas que teriam que ser aprovadas até este dia;
3. Dar nota que a sua intervenção incidiria basicamente no balanço do executivo durante estas três semanas;
4. Manifestar a sua tristeza acerca da forma como foram tratados os assuntos neste período de transição - só foi feita uma reunião de trabalho com o seu antecessor e nenhuma entre vereadores. Quando chegaram aos gabinetes não tinham nem material nem dossiers;
5. Acrescentar que, se o objectivo era que as coisas ficassem paradas, tal não aconteceu e nestas três semanas foi dada uma “injecção” de trabalho e vitalidade na Câmara como há muito tempo não se via;
6. Dizer que a passagem de testemunho também não foi a melhor e, parece que havia vontade expressa de algumas pessoas em que se restringisse meramente aos eleitos;
7. Sublinhar que foi obrigado a fazer convites pessoais, na qualidade de Presidente Eleito;
8. Esclarecer que quanto à Câmara se iria pronunciar sobre quatro aspectos - funcionamento, problemas financeiros, tesouraria e, alguns aspectos, ou antes, algumas surpresas desagradáveis;
9. Acentuar, relativamente ao funcionamento, que este edifício estava parado há quase dois meses - primeiro porque foi período de campanha eleitoral e depois porque houve um interregno até à tomada de posse; nos estaleiros não havia qualquer tipo de material para obras – os funcionários dos estaleiros estavam parados havia quase um mês;
10. Fazer notar, quanto aos aspectos financeiros, que há muita gente a pedir auditoria mas não precisa dela porque já a fez - encontraram uma situação orçamental muito complicada, de um desequilíbrio estrutural gravíssimo, em termos orçamentais, em que as despesas correntes, pela primeira vez, são superiores às receitas correntes;
11. Anunciar que tudo aponta para que se tenha que fazer um orçamento rectificativo ou então terão que se aprovar uma série de correcções orçamentais;
12. Esclarecer que as dividas a fornecedores se arrastam desde Junho, num total de cinco milhões e duzentos mil euros, sendo seiscentos mil dividas a fornecedores de conta corrente. Desde o dia dois de Novembro até à presente data, é enorme a entrada de facturas e, muitas delas sem requisição interna;
13. Sublinhar que muitos orçamentos de obras já realizadas, estão agora a dar entrada e nem sequer foram adjudicadas, assim como serviços;
14. Chamar a atenção para a entrada de segundas vias de facturas que é uma coisa sem fim - já pediu ao director financeiro que para além deste balanço de dividas a fornecedores fizesse também uma estimativa do que está a entrar no sistema relativo a todas estas facturas que estão a chegar e não estavam previstas;

15. Esclarecer, quanto à capacidade de endividamento - que é fundamental para a realização de obras - que no início do ano tínhamos uma capacidade de cinco milhões e cem mil euros e, presentemente, só de oitocentos mil euros;
16. Referir que, relativamente à tesouraria, a única certeza que tinha da reunião com o seu antecessor é que ele iria pedir um reforço de quinhentos a seiscentos mil euros para reforço da mesma; quando cá chegou esse reforço havia sido de setecentos mil euros;
17. Acrescentar que solução foi deitar mãos ao caminho e receber. Aqui constatou, em termos de candidaturas comunitárias, um grande descontrolo entre os pedidos de financiamento e os autos de medição. Com muito trabalho, conseguiu-se ir buscar algum dinheiro e espera a entrada de mais durante o mês de Dezembro;
18. Alertar para o facto de ter existido uma séria dificuldade para poder pagar aos funcionários, chegando a colocar a possibilidade de não pagar o subsidio de Natal neste mês;
19. Referir que a solução encontrada foi atrasar ainda mais o pagamento das facturas aos grandes fornecedores;
20. Enumerar algumas surpresas desagradáveis em matéria de educação: actividades extracurriculares e pessoal para os jardins de infância e escolas primárias – esta situação era um drama, já está resolvida tendo-se recorrido ao Centro de Emprego para recrutamento de dez auxiliares;
21. Acrescentar que relativamente às AEC se conseguiu uma redução no contrato de cerca de dez mil euros;
22. Dizer que os quadros interactivos das escolas não funcionavam – bastou um simples telefonema e já se encontram operacionais;
23. Mencionar que seleccionaram uma pessoa, da casa, para coordenadora destas actividades;
24. Informar, no que a obras concerne, que se encontraram muitas coisas graves - muitas pequenas e médias obras dadas como concluídas e ainda nem sequer estão adjudicadas – a título de exemplo: os passeios junto às escolas. Outras que dizem estar feitas, já estão pagas e ainda nem sequer começaram;
25. Referir, quanto ao contencioso que existem algumas situações preocupantes mas numa delas já chegaram a acordo esta semana – a dos taludes junto ao Posto da GNR;
26. Enumerar outra situação gravíssima no acesso à Zona Escolar do Colégio Português – aquela estrada que foi rasgada desde a rotunda da Estação até ao Cantinho, não é publica e agora os herdeiros exigem reaver o terreno conforme se encontrava há vinte anos; e,
27. Dar nota de outro caso grave pela sua envolvência financeira e que tem a ver com o terreno do Centro Coordenador de Transportes. Este há já alguns anos havia sido apalavrado, no entanto, nunca se chegou a acordo e a família, no primeiro mandato do Dr. Serra entrou em contencioso com a Câmara. A situação arrastou-se e a decisão do Tribunal obriga a Câmara a pagar quatrocentos e cinquenta mil euros pelo terreno. Vai tentar que baixe deste valor e que os proprietários aceitem o pagamento durante um período de dois anos.

Usou da palavra:

O Deputado Sr. Armando Carvalho para:

1. Saudar a iniciativa de promover estas sessões ao Sábado, o que permite uma maior assistência, desejando que seja para se manter, aliás como já havia sugerido em diversas ocasiões;
2. Mencionar que o cenário apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara é negro e em nada expressava aquilo que conheciam através dos documentos oficiais apresentados pelo executivo cessante;
3. Sugerir que, ao verificar-se a gravidade da situação económica, talvez fosse necessário mais que uma auditoria – provavelmente uma sindicância ao que foi a movimentação financeira dos últimos quatro anos;
4. Dar as boas vindas ao novo executivo e manifestar, mais uma vez, o seu desagrado por continuar afastado das reuniões da Comissão Permanente - por ser um único elemento e portanto, não o terem considerado representante de um grupo. Também por ter sido abordado pelo PSD no sentido de saber se se queria associar a outro Grupo Municipal ou continuar “independente”, termo com o qual, desde logo, discorda;
5. Observar que o tempo de intervenção lhe está mais reduzido; e,
6. Concluir que o que é importante é levar em frente os destinos de Valença.

O Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes, para esclarecer o Deputado Sr. Armando Carvalho que o minuto que ele referiu ter a menos, se prendeu com a adaptação do tempo de todos os grupos municipais, para distribuição pelo CDS/PP.

O Deputado Sr. Manuel Augusto Pinto Neves para:

1. Manifestar o apoio do seu grupo às propostas a serem apresentadas neste órgão, mas não cumplicidade, serão apoiantes quando o entenderem, mas nunca cúmplices de determinadas situações;
2. Acrescentar que depois da intervenção do Sr. Presidente da Câmara ficou um pouco “tolhido” pois pensava ter determinado discurso, mas em função do proferido, não faz sentido; e,
3. Concluir que terão que dar as mãos para o bem de Valença.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Questionar o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber se existem mais dados acerca da construção do Polidesportivo da Escola EB1 de Arão, projectada há já dois anos; e,
2. Perguntar se a obra a decorrer entre a Formigosa e o Tuído tem saneamento, pois esta zona, tanto quanto se sabe, tem graves problemas neste sector e não faz sentido fazerem-se os passeios para daqui a alguns meses se partirem por causa do saneamento.

O **Deputado Sr. Carlos Natal** para dizer que face à gravidade da situação financeira aqui reportada pelo Sr. Presidente da Câmara, sugeria que fosse feita uma auditoria à autarquia para se esclarecer, de uma vez por todas, o que se passa com as finanças e a gestão do anterior executivo.

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para:

1. Manifestar a sua satisfação pelo facto de se ter permitido ao Sr. Presidente da Câmara uma intervenção inicial, o que permitiu um esclarecimento da situação em que se encontra a Câmara;
2. Referir que duas das questões que tinha para colocar já foram por ele respondidas, que eram acerca da dívida aos fornecedores e aos processos no contencioso;
3. Dizer que, certamente, esta equipa terá um grande sentido de responsabilidade para encontrar as melhores soluções; e,
4. Questionar se este ano a nossa cidade terá iluminação de Natal.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** para:

1. Interrogar o Sr. Presidente da Câmara se alguma vez o contactou para tratar da cerimónia de sucessão, sendo ele o organizador;
2. Informar, quanto ao interregno desde as eleições até à tomada de posse, que a Lei prevê um determinado prazo e ele entendeu que esta seria a melhor opção;
3. Esclarecer, quanto ao envio dos convites pessoais, que discorda da forma e da substancia e se o actual Sr. Presidente tivesse falado com ele, teria todo o gosto em enviá-los. Assim discorda que os tenha remetido uma pessoa que nada era na autarquia e, em envelopes da Câmara Municipal;
4. Referir que à situação económica desastrosa que o Sr. Presidente da Câmara encontrou e, nomeadamente o prédio de acesso à zona escolar é um hêrdimo de uma Câmara PSD;
5. Acrescentar - quanto ao facto de ter sido dito que se desconhecia esta situação desastrosa - que o PSD sempre teve vereadores e todo os anos foram aprovados Orçamentos e Documentos de Prestação de Contas;
6. Apresentar dados financeiros (o valor da adjudicação, o facturado, o que foi pago, o subsídio aprovado, o subsídio recebido e por receber), relativos às seguintes obras: Centro Escolar de Friestas, Centro Escolar de Valença, Centro Escolar de Passos, Jardim de Infância de Bogim, Caminho Municipal 1049, em Gandra, Requalificação de Arruamentos, em S. Pedro da Torre, Arruamento junto ao Centro Escolar de Valença, Requalificação das Ruas dos Seixos e Regueifos, na Urgeira, Saneamento em Cerdal, Saneamento de Verdoejo, Saneamento de Friestas, Requalificação da Cidade Nova (financiamento a 100% com subsídio comunitário mais empréstimo disponível), Fortaleza – 3ª fase (financiamento a 100% com subsídio comunitário mais empréstimo disponível), Pavimentação de Santa Luzia, Pavimentações em Friestas, Verdoejo e Ganfei, Pavimentação da Estrada Nacional 101 – saída para Monção e Requalificação de vários núcleos em Valença. Total obras adjudicadas: dez milhões duzentos e cinquenta e oito mil quinhentos e oitenta; facturado: quatro milhões novecentos e trinta e um cento e sessenta e seis; pago: dois milhões setecentos e vinte e quatro setecentos e sete; subsídio aprovado: seis milhões quatrocentos e oitenta e nove cento e sessenta e sete; subsídio recebido: um milhão trezentos e três quinhentos e quarenta e um; subsídio por receber: cinco milhões cento e oitenta e cinco seiscientos e vinte e seis; notas adicionais: cerca de quinhentos mil euros que resta receber do Quadro Comunitário de apoio anterior. Com estes dados a dívida relativa a obras, incluindo as que ainda não se iniciaram é apenas do montante de oitocentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e sete euros.
7. Esclarecer que as dívidas a fornecedores cujas facturas estavam conferidas até 31 de Outubro foram todas pagas a noventa dias.

O **Presidente da Câmara Municipal de Valença, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para:

1. Dizer que espera que as reuniões possam continuar a ser realizadas em horário pós laboral;
2. Agradecer as palavras de colaboração manifestadas pelo Sr. Deputado Pinto Neves;
3. Informar que o Polidesportivo de Arão, tem uma candidatura aceite mas não aprovada, tal como S. Julião;
4. Esclarecer que para o saneamento do Tuido, não há nenhuma candidatura. Há um protocolo com as Estradas de Portugal no sentido de que a Câmara substitua esta entidade e coloque as condutas de saneamento desde o Arcádia até à Formigosa;
5. Referir que não têm qualquer problema em mandar fazer a auditoria. Considera, no entanto, que os dados fornecidos pelo departamento financeiro são suficientemente esclarecedores e poder-se-ia poupar este dinheiro. Se se avançar para a auditoria mandará fazer também uma administrativa;
6. Acrescentar que para a iluminação de Natal não havia nada contratado. As empresas agora disponíveis apresentavam orçamentos elevadíssimos e não garantiam a ligação atempada, no entanto, conseguiu-se negociar com uma empresa e far-se-á algo, evidentemente não o que se gostaria. Para o ano pretende envolver neste projecto os comerciantes e respectivas associações;
7. Dar nota que na intervenção do Deputado Dr. José António Nogueira acerca das obras aprovadas, feitas e respectivos subsídios, se esqueceu foi de dizer que estes não foram recebidos;
8. Manifestar que o discurso do anterior executivo de que havia muito a receber, foi proferido aquando da apresentação do Orçamento para 2009. No entanto exemplifica com algumas obras, como o saneamento de Friestas e Verdoejo, que está feito e facturado mas não está pago. Enviaram-se as facturas para virem os fundos comunitários, só que tal não se verificou porque aquelas obras implicavam a existência de documentos que ainda não foram elaborados; os Centros Escolares, nomeadamente o de Passos, terá que estar concluído até dia 31 de Dezembro e estão atrasados, caso contrário, ter-se-ão que devolver os seiscentos mil euros de adiantamento feito à Câmara;
9. Insistir que neste momento estão a ser pagas facturas de Junho e, a partir de Setembro, não entraram facturas na Câmara;
10. Anunciar que a obra na Estrada Nacional 101 – saída para Monção – concretamente na zona do “Cândido dos Pneus”, têm um auto de medição onde foi levantado o betuminoso só que os metros cúbicos então colocados são inferiores aos retirados, o que se lhe afigura estranho, portanto, vai ser remediado este auto;
11. Referir que novos Centros Escolares não contemplam aquecimento e agora ter-se-ão que fazer concursos de adjudicação para cada um. O mobiliário para estas escolas já lá se encontra, mas a requisição só chegou ontem e as facturas estão na Câmara há três meses, porque eram necessárias para as candidaturas; e,
12. Contrapor que o proferido acerca da 3ª fase de Requalificação da Fortaleza não corresponde à verdade. Há uma candidatura aprovada, mas não existe obra, portanto não há dinheiro para receber e o projecto do arquitecto Souto Moura para a Rua Direita foi chumbado à três semanas, porque o IPPAR não aceita a galeria técnica da rua.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1º PONTO - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM – ANEXO Nº 1

Usaram da palavra:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Dizer que a aplicação de taxa de direitos de passagem é legítima, é uma receita financeira necessária ao município, mas as empresas que as pagam, neste caso concreto a PT e EDP, vão fazer reflectir esta percentagem de zero ponto vinte e cinco na factura dos consumidores;
2. Elucidar que vamos pagar mais um imposto indirecto, ou seja, pagamos o serviço em si mais esta taxa que não paga a empresa, mas sim o cliente;
3. Argumentar que não votará favoravelmente este ponto, não pela oportunidade de encaixe financeiro, mas pelo facto deste resultado ser imputado ao próprio cliente o que lhe parece socialmente injusto.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para dizer que os clientes poderão accionar as associações respectivas para que isto não se verifique.

Num universo de 37 votantes, verificou-se o seguinte resultado: 0 votos contra; 1abstenção (Sr. Armando Carvalho); e, 36 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

2º PONTO – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS – ANEXO Nº 2

Intervio:

O **Deputado Sr. Armando Carvalho** para:

1. Referir que o lançamento da derrama que, incide em um e meio por cento sobre o lucro tributável das empresas, constitui mais um factor de injustiça social pelo simples motivo que o sector financeiro não paga;
2. Acrescentar que se este sector - que é abundante em Valença - pagasse um e meio por cento sobre os lucros tributáveis esta terra teria, certamente, ao seu alcance outros objectivos e outro tipo de desenvolvimento; e,
3. Concluir que são sempre os mesmos a pagar a derrama, ou seja os pequenos e médios comerciantes e empresas e neste contexto, vai votar contra.

O **Deputado Dr. António Manuel Soares Pereira** para:

1. Dizer que a derrama é efectivamente um dos instrumentos de financiamento da autarquia, contudo nem todas as autarquias desta região lançam este imposto;
2. Constar que lhe parece claro pelo que foi dito nesta sessão, que não se poderá deixar de o lançar; e,
3. Questionar acerca da forma como evoluiu esta receita nos últimos dois anos; qual a previsão da próxima receita e, se o lançamento desta taxa têm algum estudo que o sustente.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** para:

1. Dizer que os subsídios que a Câmara têm para receber são no montante de cinco milhões cento e oitenta e cinco mil seiscentos e vinte e seis euros euros;
2. Informar que as dividas respeitantes a obras, incluindo ainda as que não se iniciaram, dizem respeito apenas a oitocentos e quarenta e oito mil duzentos e quarenta e sete euros;
3. Sugerir que se quiserem fazer uma auditoria estendam-na também à Assembleia Municipal;
4. Acrescentar que a informação económica e financeira da autarquia, julga ter ainda sido enviada para a Assembleia Municipal pelo Dr. Serra;
5. Dizer que esta derrama, em seu entender, visa apenas que pode ser lançada em função de obras a concretizar e não em função daquelas que já estão aprovadas a cem por cento, como seja o financiamento do Centro Histórico de Valença; e,
6. Deixar claro que apesar de votarem a favor, que fique devidamente ressalvado que o Grupo Municipal do Partido Socialista não concorda porque esta não se pode aplicar no Centro Histórico de Valença, obra financiada a cem por cento.

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para:

1. Informar que as obras estão em curso e, dos seis milhões de euros aprovados só dois milhões é que foram solicitados;
2. Justificar que uma das razões da derrama, é o caminho de acesso à zona industrial, que nunca avançou porque os terrenos, contrariamente aquilo que lhes havia sido dito, não estavam comprados porque as pessoas ao saberem que iria para lá a plataforma logística, romperam os acordos;
3. Salientar que o seu objectivo em quatro anos é terminar com a derrama; e,
4. Esclarecer que estava prevista, para este ano, uma receita de cerca de sessenta mil euros mas que vai ficar muito aquém pelo facto das empresas não terem lucros, portanto, não pagam derrama.

Colocado à votação, num universo de 37 votantes, registaram-se: 1 voto contra (Sr. Armando Carvalho); 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

3º PONTO – TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – ANEXO Nº 3

Usaram da palavra:

O **Deputado Dr. José Veríssimo** para:

1. Dizer que o Grupo Municipal do PSD concorda com a proposta da Câmara relativa ao imposto municipal sobre imóveis que fixa uma taxa de 0,6% para prédios não avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e em 0,2% para os já avaliados, nos termos do CIMI;
2. Esclarecer que alguns municípios tiveram a coragem política para assumir taxas com valores inferiores aos valores máximos, o que significa que tiveram a consciência de que é fundamental minorar o impacto no rendimento das famílias dos custos crescentes com a habitação e, por maioria de razão na conjuntura económica actual;
3. Dar nota que o anterior executivo teve essa consciência e que o actual mantém as taxas inalteradas;

4. Opinar que é certo que uma redução nas taxas municipais beneficiará os munícipes, no entanto, não poderemos esquecer que estes impostos permitem alcançar um desejável equilíbrio das finanças autárquicas, permitindo a concretização dos investimentos municipais em curso ou perspectivados;
5. Recomendar ser importante encontrar um equilíbrio entre as necessidades de receita da autarquia e a ponderação do esforço exigido aos munícipes para dotação do orçamento municipal;
6. Referir que as transferências de competências da Administração Central para as autarquias não têm sido acompanhadas da devida transferência de verbas, o que agrava a situação financeira dos municípios; e,
7. Acentuar que a Câmara Municipal de Valença se solidarizou com os seus munícipes, mantendo as taxas de IMI cobradas, amenizando o esforço financeiro que lhes é exigido.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** para dizer que se mantêm as taxas do executivo anterior e esta é a principal fonte de receitas. Infelizmente entre taxas de loteamentos e obras ficou muito aquém. Para o futuro talvez se tenha que pensar em alterar outras taxas, não sendo de descurar que à medida que se vão reduzindo umas, o município terá que ser ressarcido provavelmente noutras.

Colocado à votação, num universo de 37 votantes, registaram-se: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 37 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

4º PONTO – ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS PESADOS NO LUGAR DA FORMIGOSA (ANTIGA E.N.13), DA FREGUESIA DE ARÃO – ANEXO Nº 4

Intervieram:

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, só para esclarecer que este ponto já havia sido aprovado pelo anterior executivo e já estava para vir à reunião de Assembleia.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para:

1. Questionar se a Assembleia de Freguesia de Arão não se deveria pronunciar sobre este assunto. A informação que dispõe é que a colocação de sinais deve ser aprovada por este órgão e respectiva Junta de Freguesia e só à posteriori viria à Câmara e Assembleia Municipal, o que não se constatou;
2. Alertar para o facto de se poder estar a cometer alguma ilegalidade; e,
3. Solicitar, no caso dos sinais virem a ser colocados, que não se esqueçam de mandar colocar também os que já foram aprovados há cerca de dois anos, na rua da Cruz.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para questionar se este ponto for aprovado não se poderão prejudicar os restaurantes uma vez que nesse local param muitos camionistas.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para dizer que não sabe se isto efectivamente foi aprovado em reunião de Assembleia de Freguesia pelo que sugere que o ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos, para análise.

O **Deputado Sr. Sebastião Alves** para esclarecer que a proibição de estacionamento não é em frente ao restaurante, mas sim numa pequena rua que foi eliminada e que era de acesso à Nacional 13.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** para:

1. Dizer que na dúvida se o ponto cumpre ou não todos os formalismos legais, este deverá ser retirado; e,
2. Chamar a atenção ao Sr. Presidente da Câmara que independentemente de ser matéria do anterior executivo, ele deverá ver se foram aquilatados todos os requisitos.

O **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Jorge Salgueiro Mendes**, para contrapor dizendo que se isto foi à reunião de Câmara se supõe que todos os requisitos foram analisados.

Colocada à votação a retirada do ponto, num universo de 37 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 37 votos a favor. **Aprovado por Unanimidade.**

Pelas 11h.20, o **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, com a aquiescência da Assembleia, determinou uma pausa de quinze minutos nos trabalhos.

Antes e uma vez que se iria entrar num período de votações, solicitou aos Grupos Municipais que durante o intervalo apresentassem as respectivas listas de candidaturas.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** para dizer que o Grupo Municipal do Partido Socialista propunha, para aligeirar a sessão, que as votações se processassem em simultâneo – estando cada uma devidamente identificada no boletim .

A Mesa colocou à votação a proposta e num universo de 37 votantes, verificaram-se: 0 votos contra, 0 abstenções e 37 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade** a votação, em simultâneo, para

eleição dos membros para as diversas comissões.

Retomados os trabalhos às 12h.00m, passou-se ao:

5º PONTO – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA E DO SEU SUBSTITUTO – ANEXO Nº 5

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que a proposta do Grupo Municipal Unidos Pelas Freguesias indicava como representante dos Presidentes de Junta e seu substituto o membro Sr. Augusto Melim dos Santos Natal - Presidente da Junta de Cristelo-Côvo e, como seu substituto, o Deputado Sr. Manuel Nogueira Afonso – Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro da Torre.

De seguida deu o uso da palavra:

À **Deputada D. Elisabete Viana** para dizer que o Grupo Municipal Unidos pelas freguesias propõe para Representante dos Presidentes de Junta o Sr. Augusto Natal por se tratar de um Presidente dos mais antigos, com uma ampla experiência nos diversos cargos. É uma pessoa dinâmica e trabalhadora, considerando ser a pessoa indicada para ocupar o cargo.

6º PONTO – ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA AMV, DE ENTRE OS ELEITOS DIRECTAMENTE, PARA INTEGRAR A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO MINHO – ANEXO Nº 6

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, informou que o Grupo Municipal do PSD apresentava o candidato Dr. Mário Rui Pinto de Oliveira.

Usou da palavra:

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para justificar que entenderam que o Deputado Dr. Mário Rui Pinto de Oliveira pela sua formação académica e pela sua juventude poderá levar sangue novo à Comunidade.

7º PONTO – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES E SEUS SUBSTITUTOS DA AMV NA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM ALTO MINHO – ANEXO Nº 7

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que os Grupos Municipais do PPD/PSD e PS apresentaram uma lista, designada por A, constituída por elementos dos dois grupos, com os seguintes candidatos: efectivos – Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes(PPD/PSD), Dr. José António Lopes Nogueira (PS), Alberto Luís Oliveira Vilas (PPD/PSD), Dra. Maria Margarida Rodrigues (PS); e, Dr. Manuel António Soares Pereira (PPD/PSD). Suplentes – Luís Manuel Amorim (PS), Paula Alexandra Melim dos Santos Natal Araújo (PPD/PSD), Mário Manuel Guimarães Cruz (PS), Carlos Miguel do Carmo Natal (PPD/PSD) e, Dr. Jorge Dinis Silva Gonçalves (PS).

Usou da palavra:

O **Deputado Dr. José António Lopes Nogueira** para dizer que o Grupo Municipal do PS e PSD entenderam que deviam apresentar uma lista conjunta, na senda do que já haviam feito anteriormente.

É uma lista à qual se orgulha de pertencer e certamente todos os elementos constantes na mesma darão o seu melhor para elevar bem alto o nome de Valença. Porque sobejamente conhecidos, dispensa-se tecer comentários acerca de cada um dos candidatos.

A **Deputada D. Elisabete Viana** para manifestar o seu protesto pelo facto dos Presidentes de Junta, neste ponto, não poderem votar.

8º PONTO – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA CAAS – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO – ANEXO Nº 8

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar o Grupo do PPD/PSD apresentou uma proposta com o candidato Sr. Salustiano Costa de Faria.

Usou da palavra:

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** para dizer que o Grupo Municipal do PPD/PSD sugeriu o Sr. Salustiano Costa de Faria para esta comissão, porque entendeu que desempenhou com responsabilidade e eficácia o cargo que lhe foi conferido, no anterior mandato.

O **Deputado Dr. José António Nogueira** para dizer que o Grupo Municipal do PS foi surpreendido com esta proposta do PSD e não houve “jogos de bastidor”. Por isso é que não quis subscrever a proposta, para agradecer ao PSD a sugestão do Sr. Salustiano Faria e as amáveis palavras que lhe foram dirigidas.

Prosseguiu salientando que ele têm sido um exemplar presidente da CAAS, intransigente no cumprimento das normas e regras que devem reger o aterro sanitário.

O **Deputado Sr. Salustiano Faria** para manifestar-se surpreendido com a proposta e, tecer umas breves considerações acerca do aterro. Afirmou que o actual Presidente da Câmara contará com ele com o mesmo empenho, trabalho e determinação dos últimos quatro anos.

9º PONTO – ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL – ANEXO Nº 9

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que o Grupo Municipal Unidos Pelas freguesias veio propôr, para o desempenho do cargo, o Deputado Sr. José Augusto Alves Areias – Presidente da Junta de Freguesia de S. Julião.

Usou da palavra:

A **Deputada D. Elisabete Viana** para dizer que consideram o Sr. José Areias uma pessoa capaz para o desempenho das funções e, anteriormente, este cargo também era desempenhado pelo Presidente da Junta de S. Julião, pelo que acharam que continuava bem entregue à freguesia. Terminou desejando-lhe um bom e profícuo trabalho.

10º PONTO – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS – ANEXO Nº 10

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que o Grupo Municipal Unidos pelas Freguesias apresentou como candidato o Sr. Jorge Manuel Martins Gonçalves – Presidente da Junta de Freguesia de Boivão.

Usou da palavra:

A **Deputada D. Elisabete Viana** para dizer tratar-se de uma pessoa conhecida e certamente irá desempenhar esta função com vontade. Desejou-lhe um bom trabalho.

11º PONTO – ELEIÇÃO DE UM MEMBRO DA AMV PARA A COMISSÃO QUE CONCEDE AS AUTORIZAÇÕES DE INSTALAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO A RETALHO – ANEXO Nº 11

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para comunicar que o Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou como candidato o Sr. Carlos Miguel do Carmo Natal.

Usou da palavra:

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** dizendo que, por razões óbvias, este lhes parece o candidato natural para pertencer a este tipo de comissão.

12º PONTO – DESIGNAÇÃO DE QUATRO PESSOAS PARA A COMISSÃO ALARGADA DA C.P.C.J. DE VALENÇA – ANEXO Nº 12

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que pelo Grupo Municipal do PPD/PSD foi apresentada uma lista, com a designação de A, constituída pelos seguintes elementos: Dra. Inês Rita Silva Ferreira, Enfª Aurélia Conceição Torres Correia, Dra. Violeta Perez Pinheiro e Dra. Luísa Madeira Cunha.

Usou da palavra:

A **Deputada D. Elisabete Viana** afirmando tratarem-se de quatro senhoras que todos conhecem e reconhecem as suas potencialidades para trabalharem com crianças e jovens.

Tanto a Dra. Inês Ferreira, que já fez parte da Comissão, como a Dra. Violeta, são pessoas muito dinâmicas, tal como a enfermeira Aurélia. A Dra. Luísa Cunha uma pessoa sempre receptiva ao trabalho.

Considerou que esta Assembleia irá ficar muito bem representada com a eleição desta equipa.

13º PONTO – DESIGNAÇÃO DE CINCO CIDADÃOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – ANEXO Nº 13

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, para informar que o Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou uma lista, designada por A, constituída pelos seguintes elementos: Sebastião António Silva Alves, Francisco José Rodrigues Romeu, Dr. José Manuel Bastião Veríssimo, Carlos Miguel do Carmo Natal e José Avelino Romeu Fernandes.

Usou da palavra:

A **Deputada Dra. Inês Ferreira** dizendo que esta proposta assenta, por um lado, em pessoas a quem se reconhece capacidade técnica e, por outro, capacidade de participação e sentido de compromisso.

De seguida procedeu-se às votações tendo-se verificado os seguintes resultados:

- **Ponto 5º** - Eleição do Representante dos Presidentes de Junta e do seu Substituto – num universo de 37 votantes apuraram-se: 3 votos brancos, 1 voto nulo, 33 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**

O **Presidente da Câmara, Dr. Jorge Salgueiro Mendes** usou da palavra para justificar que até ao dia 16 de Novembro tiveram que enviar à Associação Nacional de Municípios o nome do representante dos Presidentes de Junta. Como ainda não estava eleito, tomou a liberdade de escolher um, tendo utilizado o critério do mais antigo em funções, pelo que foi seleccionada a D. Elisabete Viana. Caso o Sr. Augusto Natal agora pretendesse, proceder-se-ia à alteração.

- **Ponto 6º** - Eleição de um Membro da AMV, de entre os Eleitos Directamente, para Integrar a Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios do Vale do Minho – num universo de 37 votantes: 6 votos brancos, 1 voto nulo e 30 votos a favor. **Aprovado por Maioria;**
- Ponto 7º** - Eleição dos Representantes e seus Substitutos da AMV na Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho – num universo de 21 votantes apuraram-se: 1 voto branco, 1 voto nulo e 19 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**
- **Ponto nº 8** - Eleição do Presidente da CAAS – Comissão de Acompanhamento do Aterro Sanitário – num universo de 37 votantes verificaram-se: 2 votos brancos e 35 votos a favor. **Aprovado por Maioria.**
- **Ponto nº 9** - Eleição de um Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – num universo de 37 votantes registaram-se: 2 votos brancos, 1 nulo e 34 a favor. **Aprovado por Maioria.**
- **Ponto nº 10** - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios – num universo de 37 votantes apuraram-se: 4 votos brancos, 1 nulo e 32 a favor. **Aprovado por Maioria.**
- **Ponto nº 11** - Eleição de um Membro da AMV para a Comissão que concede as Autorizações de Instalação ou Modificação de Estabelecimentos de Comércio a Retalho – num universo de 37 votantes registaram-se: 7 votos brancos, 1 nulo e 29 a favor. **Aprovado por Maioria.**
- **Ponto nº 12** - Designação de Quatro Pessoas para a Comissão Alargada da C.P.C.J. De Valença – num universo de 37 votantes verificaram-se: 1 voto branco, 2 nulos e 34 a favor. **Aprovado por Maioria;** e,
- **Ponto nº 13** - Designação de Cinco Cidadãos para o Conselho Municipal de Segurança – num universo de 37 votantes registaram-se: 6 votos brancos, 1 nulo e 30 a favor. **Aprovado por Maioria.**

Seguiu-se a leitura da **Acta em Minuta**, pelo **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**.

Interveio o **Deputado Dr. José António Nogueira** para esclarecer que na eleição para a CIM Alto Minho, há deputados intermunicipais eleitos pelo PSD e PS. Nesta acta deverá constar que o primeiro, terceiro e quinto efectivos serão substituídos pelo sétimo e nono e, o segundo e quarto, serão substituídos pelo sexto, oitavo e décimo, uma vez que pertencem a partidos diferentes e está previsto no estatuto da CIM esta substituição de pessoas, alternadas.

O **Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Luís Alberto de Oliveira Vilas**, argumentou que esta questão da substituição já decorre dos próprios estatutos da Cim do Alto Minho.

Colocada à votação a **Acta em Minuta**, num universo de 36 votantes, registou: 0 votos contra; 0 abstenções; e, 36 votos a favor. **Aprovada por Unanimidade.**

O **Presidente da Mesa, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, agradeceu a presença de todos e, pelas 13h.20, deu por encerrada a sessão.



Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presenta Acta, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes**, e pela **Técnica Superior de Relações Públicas, Dra. Cidália Cristina Martins Marques Brandão do Paço**, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior de Relações Públicas

(Dr. Manuel Álvaro Guimarães Gomes)

(Cidália Paço)

